

A permanência da literatura (direções da prática literária na era do multi- culturalismo e da indústria cultural)

*Hermenegildo Bastos
Universidade de Brasília*

Na era do multiculturalismo e da indústria cultural, é premente que se desenvolva o trabalho teórico em torno do conceito de alteridade. A prática literária se dá como diferença, em que pese as "semelhanças de família" que guarda com outras formas de comunicação, como o mito e a indústria cultural. A obra literária é o outro de uma sociedade, porque desloca a imagem estabelecida que a sociedade faz de si mesma. Enquanto manifestação da consciência social, ela é autorepresentação mas distorcida. Nos países de passado colonial, a literatura poderá permanecer como forma de comunicação não substituível, mas sempre na iminência de morte. Se perder o caráter de autoquestionamento enquanto discurso sagrado, a literatura ou se diluirá na indústria cultural ou se institucionalizará de vez, o que também será uma forma de diluição. Permanecer significa renascer e, depois, perecer a cada nova obra.

Palavras-chave: Modernidade e subjetividade - Nação. Multiculturalismo - permanência da literatura na era da indústria cultural - literatura como diferença.

The concept of otherness is a pressing issue to be developed in the era of multiculturalism and cultural industry. The literary practice exists as a difference, in spite of the "family similarities" that it has with other forms of communication such

as mith and the cultural industry. A literary work is the other of society because it dislocates the image that society has of itself. As a manifestation of social consciousness, it is a distorted autorepresentation. In countries which have a colonial past, literature may remain as a non replaceable form of communication, although it faces imminent death. If literature loses its feature of questioning itself as a sacred discourse, will be diluted in the cultural industry, or it will be completely institutionalized which is also a form of dilution. To remain means to be reborned and afterwards perish again with each new word.

Key words: Modernity and subjectivity – nation – multiculturalism – permanence of literature in the era of cultural industry – literature as difference.

I

Quais os condicionamentos históricos da eternização da literatura? Em que circunstâncias a literatura foi retirada da história, tornada atemporal e comum a todas as culturas? Ou: como surgiu a literatura e, tendo surgido, apagou as próprias marcas históricas do seu surgimento? A transformação da literatura em essência veio a ser *natural*, dir-se-ia até mesmo *necessária*, numa cultura que se colocou como centro do mundo, universalizou-se, a ocidental. Este é um gesto de preservação duplamente orientado: para o presente-futuro, como preservação dos valores e instituições literários e, para o passado, como um gesto de afirmação retrospectiva que naturaliza o que é apenas cultural.

Para fins de análise, a comunicação literária se dá em dois níveis: por um lado, faz circular as informações literárias, por outro, é ela mesma que circula e se reafirma, reproduz-se, ou melhor, são os valores e princípios constitutivos da literatura como reino específico que, podendo circular por intermédio dos fatos literários concretos (obras, editoras, escolas, academias etc.), se reafirma e se reproduz. Reafirmam-se os valores literários que possibilitam a classificação de alguns textos como textos superiores, vale dizer sagrados. Quais os processos

de reprodução da literariedade, ou conjunto de rituais da literalização? São eles um dos mecanismos de reprodução do poder constituído? Como, por outro lado, a literatura pode ser uma arma na luta pela emancipação, em defesa da alteridade cultural?

A literatura como reino específico tem resistido às mudanças decorrentes do intercâmbio que mantém com as séries vizinhas. A cada novo "confronto", ela parece sair fortalecida, ampliando ou restringindo o seu universo e tudo se dá como se os "confrontos" pudessem se resolver no âmbito apenas do universo literário sem interferência externa. Até que ponto os ataques que tiveram início com as vanguardas do início do século (que exigiam o retorno da arte à vida cotidiana) e culminam hoje com a invasão da indústria cultural, até que ponto esses ataques a destruíram como reino autônomo (e sagrado) ou mesmo enfraqueceram a fortaleza da literatura-instituição?

Interessa-nos pensar a historicidade da literatura nos seus dois aspectos complementares: a literatura como produto histórico, mas também a literatura como produtora de história. As questões relativas à contextualização desta(s) ou daquela(s) obra(s) devem ser precedidas (epistemologicamente falando) pela consideração de que o fato mesmo de que haver literatura é não só produto mas também produtor de história. A literatura é histórica porque está contextualizada (é isto que nos permite perceber e descrever e/ou analisar as transformações ocorridas entre um período estilístico e outro). Mas a literatura (aqui vale a redundância) é permanentemente literária. Há alguma coisa que não muda -é que continua a haver literatura. A literariedade se reproduz. Literatura é pois história de duas maneiras: 1- porque diz a nós leitores a história de que é parte; 2- porque é um elemento de manutenção de certas condições históricas, ou melhor, de reprodução de uma matriz ideológica, a da subjetividade.

Pensar diferentemente seria pensar que a literatura sempre existiu, em todas as épocas e culturas. Mas se entendemos, como de fato o fazemos, que literatura é um fenômeno específico da modernidade, isto é, um fenômeno que ao mesmo tempo resulta de e produz o sujeito burguês, entendemos que a sua permanência (e sua mundialização) é a permanência da matriz ideológica em que ela foi gerada (e aqui ela é produto) e que ela ajuda a preservar (como produtora de história).

David Olson acrescenta algo decisivo à definição que dá o dicionário de subjetividade ("o que existe no sujeito, o que se passa na mente de uma pessoa") : subjetividade "...é o *reconhecimento* de que o que se passa na mente passa-se *na mente*". Ele vai mais além: "A subjetividade tem uma propriedade reflexiva: é o reconhecimento do estado mental, nosso e de outras pessoas, como estados mentais". O autor de *The World on paper* observa que é possível "localizar as origens da subjetividade numa nova maneira de ler e escrever e uma nova compreensão da linguagem e do pensamento".¹

Entre os tempos homéricos e o período clássico de Platão e Aristóteles há diferenças cruciais no que tange à linguagem. Em Homero, a representação dos estados mentais se dá sob a forma de estados ou atividades corporais: Agamenon foi informado por outras vozes que não as suas próprias de que devia tirar Briseis de Aquiles. Essas vozes eram fenômenos do mundo objetivo. Os personagens homéricos não se vêem como origem das crenças, dos desejos e das intenções. Já no período clássico, a mente é concebida como o fazemos hoje. Quando a palavra é grafada, ela começa a ser vista como um objeto em si mesma. Aí se dá a separação entre o que se diz e o que se quer dizer. Mental é "o que se quer dizer". Estabelece-se a diferença entre palavra e idéia.

Na Idade Média temos uma nova consciência dos estados mentais subjetivos e um novo interesse por eles. Diversos autores assinalam as mudanças ocorridas nesse momento. Olson cita entre outros LePan, que observara a mudança na sensibilidade literária: em *Othelo*, Shakespeare explora o erro de Otelo ao crer que Desdêmona o trai. Aí, ao contrário do que acontecia entre os gregos, são as crenças que importam. E as crenças ou idéias se originam no próprio indivíduo e não no mundo. Assim também, a expressão camoniana "engenho e arte" é própria do universo da subjetividade: arte é a tradição, que é impessoal, mas engenho é a personificação da arte, a presença de um eu em particular, que agora assina Camões.

A ficção é uma nova maneira de ler (de atribuir outros sentidos além dos literais ou denotativos) que surge com a Idade Moderna. O

¹- Utilizamos a edição brasileira: OLSON, David. *O mundo no papel. As implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo, Ática, 1997, p. 249.

leitor da literatura (ficção) "termina a leitura pensando que aprendeu algo sobre a realidade, mas ele sabe que (...) não se trata de uma narrativa factual. Conseqüentemente, é preciso um certo requinte literário para enxergar a verdade na ficção: verdade alegórica, não factual, essa verdade parecerá agora mentirosa ao não iniciado".²

A literatura como produtora de história é a qualidade que tem o texto literário de se projetar como desejo de realidade. Uma obra literária é uma projeção que uma sociedade faz de si mesma. Como um espelho que o sujeito social põe à sua frente para se ver. Porque só no outro pode o sujeito se ver. O espelho (a obra) é o outro. E, como tal, a obra literária é, em princípio, o reino da alteridade, o da polofonia e do hibridismo.

Com isso, antecipamos a nossa visão de que a literatura pode ser um fator de transformação. Mas há aí uma dialética difícil de precisar entre transformação e preservação. A literatura gera literatura porque se reproduz e, como tal, contribui para preservar as condições ideológicas da hegemonia burguesa. Entretanto, vários fatores de emancipação, formulados no início da modernidade, animam a literatura como crítica da cultura e, assim, como crítica da própria literatura enquanto instituição.

A literatura surgiu como o problema da literatura, por isso foi sempre necessário inovar, refazer os códigos da semiose literária. As dicotomias também surgidas com a modernidade, ou melhor, as dicotomias características da modernidade ocidental, são o terreno onde medrou o problema da literatura.³ Dessas dicotomias, duas são fundamentais: verdade/ficção e objetividade/subjetividade. Os elementos iniciais dos dois pares (verdade e objetividade) caracterizariam a ciência; a literatura, por sua vez, seria ficcional, fictícia e subjetiva, vale dizer menor. A institucionalização da literatura resultou da aceitação

² - OLSON, David R. *Op. cit.*, p. 244.

³ - Luiz Costa Lima observa que "no nascimento do ficcional moderno, a atividade crítica não aparece como mero suplemento à criação, mas como parte constitutiva e ativadora". Ou ainda: "O espaço do ficcional em Cervantes supõe a atualização do exercício crítico no próprio ato de criação. Para tanto, lhe é capital o recurso do distanciamento, a capacidade de o autor ver-se fora do que relata". Cf. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986, p. 62.

dessas dicotomias. Não é difícil perceber em que a literatura institucionalizada está comprometida com o poder: tomar como pacífica a fronteira entre verdade e ficção é aceitar como falsos alguns enunciados sobre o mundo e sobre as relações humanas que eles inevitavelmente exprimem. Sem dúvida, isto tem um alcance que vai além da dimensão apenas textual. Por outro lado, uma literatura que se pratica como questionamento dessas dicotomias é uma literatura que questiona a propriedade literária, que problematiza a sua ficcionalidade e o caráter ao mesmo tempo superior e inferior da subjetividade. (Superior porque constitui o reino em que repousa o sujeito, o eu; inferior porque, contrariando o ideal de verdade do mundo moderno, se dá como verdade sem fiabilidade).

Desde então, temos a literatura e a história da literatura, ou a história da sua permanência. No extremo, a literatura que se problematiza configura um desejo de auto-extermínio, de extermínio do reino fictício e ficcional-subjetivo, ou das fronteiras entre os elementos nos dois pares. Encontramos em várias épocas (e não apenas nas vanguardas deste século) esse desejo de auto-extermínio. Assim, a preservação da literatura é, em princípio, a preservação da ideologia subjacente àquelas dicotomias. Mas a literatura que se pratica como auto-questionamento também se realiza como...literatura, isto é, termina por acatar as determinações que pretende destruir.

Antes de ser o terreno da ambivalência ou ambigüidade dos signos (literários), a literatura é ambivalente por isso: porque ela se nutre de seus próprios ataques. É ver como o *Dom Quixote*, obra que marca a literatura como autoquestionamento, veio a ser uma das "grandes obras" da literatura. Interessa-nos discutir essa ambivalência e a auto-corrosão.

A preservação da literatura depende de um conjunto de rituais que levam à classificação e qualificação de alguns textos como literários. É uma operação complexa mas sem a qual não há a comunicação literária. Os textos literários são textos da subjetividade, isto é, o literário é o reino que a razão moderna reservou para a subjetividade. Não são os únicos textos da subjetividade, mas são aqueles em que presumivelmente (e é esta a ideologia que sustenta a operação) a subjetividade melhor se configuraria e se exprimiria. Em tais textos, melhor do que

nos demais, expressar-se-ia a verdade "interior", a intimidade do sujeito/autor. São textos constitutivamente subjetivos.

O processo de reprodução (permanência) da literariedade (aquele conjunto de ações sociais já referido) consiste em rituais de sacralização. A sociedade que os pratica responde a necessidades concretas de reprodução das condições de poder. A leitura literária, esta qualidade da presença frente a um texto, é que o constitui como literário. Por intermédio dela, reativa-se todo o sistema de poder explícito ou implícito na forma-conteúdo da obra. Presença é aqui um outro nome para subjetividade, ou a corporificação da subjetividade, o lugar e o momento em que a subjetividade vê a si mesma e, refletindo-se, existe.

Literatura faz história porque os conjuntos dos rituais reproduzem a matriz ideológica dominante. A literariedade é, assim, um componente da estrutura social de poder. Por que poder? Em primeiro lugar, devido à separação e classificação de textos, que não são inocentes; em segundo lugar, porque a interação entre os diversos tipos de texto contém em si as relações sociais.

F. Fortini vale-se do conceito retórico de "discurso de reutilização" para analisar o processo da comunicação literária: discursos de reutilização "são discursos desenvolvidos em situações típicas (...) periódica ou irregularmente (...), discursos fixados para uma repetível evocação de atos, socialmente importantes, de consciência coletiva". Ritualidade e repetitividade historicamente verificáveis. O texto de reutilização produz, justamente graças à reutilização, um sentido dirigido à própria função, ou auto-referência. O que o induz é, no entanto, algo de externo, não de interno a ele. Para que ele se reative, não basta uma leitura qualquer, uma qualquer execução. É preciso que com um sinal se determine o "quadro" de reutilização. É aí que ele se legitima⁴ Um sentido dirigido à própria função: o texto literário como discurso de reutilização aponta para as suas marcas textuais, o que significa uma função de autorepresentação. Entretanto, isto decorre de sua utilização pelos participantes da comunicação literária, ou seja, de sua utilização na vida social. Assim, a autorepresentação, por sua vez, aponta para a estrutura social que a requereu ou a tornou possível e necessária.

⁴ FORTINI, F. "Literatura". *Enciclopédia Einaudi*, vol. 17, 176:189.

Com base nas considerações anteriores, podemos entender: 1º - que a literatura é uma forma de comunicação que depende de rituais e cerimoniais para, a cada minuto, reconfirmar-se como literária, para se reproduzir, como um discurso de reutilização, a cada nova obra; 2º - esses rituais, embora reforcem a especificidade, inserem-se no conjunto de rituais da vida social, trazendo em si o conjunto inespecificado de discursos: ao se preservar a si mesmo como específico (isto é: separado, sacralizado), preserva as relações de poder presentes na semiose social como um todo; 3º- a referência que a literatura faz a si mesma (e que o estruturalismo chamou de intransitividade) é de fato referência ao conjunto de rituais de literalização; 4º- até mesmo a propalada não-referencialidade (ou dessemiotização) de certa literatura dita pós-moderna é uma forma de referência, isto é, referência a uma sociedade e a um tempo em que é possível ou requerida a não-referencialidade.

A leitura que põe em funcionamento a máquina literária (e só ela o faz) é transmitida e aprendida. E aqui chegamos a um dos problemas fundamentais da permanência da literatura: os discursos que assim são lidos, ou seja, como literários, são um universal cultural? Michel Foucault afirma com ironia que "Sem dúvida faz milênios que existe isto que retrospectivamente temos o hábito de chamar "literatura"". ⁵ Voltaremos a este autor.

Jean Bessière observa que o campo das comparações literárias é governado pela dualidade entre relativismo exato e universalismo exato. Considerando a dualidade, esse conceito aparece como insustentável, embora indispensável. É indispensável porque há discursos que se expõem como literários devido a várias marcas e variações de ênfase dessas marcas e, em segundo lugar, porque há discursos qualificados como literários de acordo com vários critérios, alguns dos quais contraditórios. Essas marcas e critérios dependem de convenções culturais, o que confirma a interação entre universalismo e relativismo. É necessário rejeitar o universalismo e o relativismo exatos. Resta ao pesquisador colocar-se a questão da relevância do conceito de literatura, a qual é inseparável do minimalismo cognitivo. O uso do conceito de

⁵ - FOUCAULT, Michel. "Lenguaje y literatura", in *De lenguaje y literatura*, Barcelona, Paidós, 1996, p. 63.

literatura pode adquirir uma dimensão maximalista ou minimalista. Minimalismo cognitivo é o ato de entendimento que implica um número limitado de convenções, representações e inferências num dado ambiente cognitivo. Os discursos apresentados ou reconhecidos como literários são similares com respeito a sua relevância. Relevância, por sua vez, deve ser entendida como esse traço de exposição que um sujeito pode interpretar, num dado contexto, de acordo com as referências e a similaridades com sua própria representação. A idéia de que a literatura tem uma identidade transistórica e transcultural requer uma espécie de "desliteralização" do/conceito: ele não pode ser tomado num sentido literal.⁶

Não é possível identificar o discurso literário e o discurso mítico, ainda que os dois guardem "semelhanças de família", para usar a expressão que Wittgenstein cunhou para abranger a infinidade de jogos existentes.⁷ A literatura é contemporânea do princípio de razão, isto é, faz parte de um mundo em que já se dividiram o discurso teórico e o discurso ficcional. O mito, pelo contrário, como os poemas homéricos ou a Bíblia, são também conhecimento e ética. Ainda não há a ficção. Na Idade Moderna, o "mundo da vida" divide-se em ciência, ética e arte. Disto que agora é arte foi retirado o valor de conhecimento e de direcionamento das ações humanas. A arte que se rebela contra isto, como vimos anteriormente, caminha para o auto-extermínio.

A literatura é uma prática discursiva que carece de se legitimar, donde a sua dimensão renovadamente metaliterária. Foucault adverte que textos que hoje chamamos literários mas pertencentes a outras épocas (ele cita, por exemplo, os de Eurípedes) formam parte neste momento de nossa literatura atual e isso graças a certa relação que só concerne de fato a nós. Formam parte da nossa literatura, não da sua, pela magnífica razão de que a literatura grega não existe. Em outras palavras: se a relação da obra de Eurípedes com nossa linguagem é

⁶ - BESSIÈRE, Jean. "Literature, Cultural Relativism and the Efficacy of Cognitive Minimalism", in Hendrix, Harald, et alli (eds). *The Search for a New Alphabet. Literary Studies in a Changing World*. Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1996.

⁷ - WITTGENSTEIN. *Investigações filosóficas*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, p. 43.

efetivamente literatura, a relação dessa mesma obra com a linguagem grega não era certamente literatura.⁸

Outro aspecto das relações interculturais ligadas ao nosso tema é a questão sobre a existência de literatura indígena ou pré-colombiana. A esse respeito Walter Mignolo observa: "A negação de qualidades "literárias" à produção discursiva ameríndia não é um juízo de valor negativo, nem uma sugestão de sua inferioridade cultural. É exatamente o reconhecimento de que a literatura é uma conceptualização regional e culturalmente dependente de um dado tipo de prática discursiva e não um universal cultural".⁹

Que exista literatura em todos os lugares e épocas, está é uma afirmação aceitável, mas desde que se esclareça que ela só se tornou possível, aceitável (e até mesmo correta) com a mundialização da Europa; que se esclareça que só a europeização do mundo (e da literatura) permitiu a literalização de outras práticas expressivas, que guardam com a literatura "semelhanças de família".

A mundialização da cultura europeia, que foi (e é) o mesmo processo de mundialização do capital ou, ainda, europeização do mundo, é também a mundialização da literatura, e, nessa perspectiva, a sua *eternização*. Mas é exatamente neste momento da sua hegemonia mundial que se evidenciam as rachaduras no edifício da subjetividade burguesa. A mundialização trouxe consigo o germe de sua superação?

O desafio está em entender de que maneira um não-universal cultural, prática discursiva europeia, universalizou-se e universaliza-se. Universalizou-se acompanhando o movimento de universalização da Europa; universaliza-se na medida em que se preserva e se reproduz a cada nova leitura e/ou circulação ou efetivação da comunicação literária. Os dois movimentos podem apresentar algumas contradições, que pretendemos discutir em seguida.

A europeização do mundo é também o processo de imposição da modernidade, o que nos coloca frente ao problema do colonialismo. Entretanto, colonização não foi algo inventado pela modernidade eu-

⁸ - FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 63.

⁹ - MIGNOLO, Walter D. "Canon and Corpus: an Alternative View of Comparative Literary Studies in Colonial Situations", *Dedalus, Revista Portuguesa de Literatura Comparada*, Nº 1, Dezembro de 1991, 291:243.

ropéia, sendo na verdade uma violência praticada por diversos outros povos, em circunstâncias diferentes. Ainda hoje se dá a violência da colonização de povos do terceiro mundo por outros povos do terceiro mundo, como é o caso do Timor Leste, ex-colônia portuguesa, hoje em poder da Indonésia. Mas é só com a modernidade que a colonização veio a ser um problema e caracterizada como violência. É neste sentido que a literatura, mas também a filosofia e as ciências sociais, vêm sendo praticadas como crítica da modernidade e da modernização imposta e, portanto, como auto-críticas. Podemos dizer que se desenvolve, no seio da modernidade como projeto cultural, uma modernidade crítica. Não estamos falando de uma modernidade boa e outra ruim, mas de contradições existentes no projeto de modernização.

A universalização da literatura dá-se a cada novo momento, como vimos anteriormente. E aí está a contradição para nós fundamental: se a preservação da literatura se insere no movimento geral de reprodução das condições de poder, ela é também um espaço de crítica e de resistência à instrumentalização. Ler um bom poema é estabelecer outras formas de relação com o mundo e com os outros, relações não baseadas no domínio e na exploração, relações que não as de instrumentalização. A sensibilidade assim trabalhada é uma forma de resistência. (O quanto é efetiva e o quanto ela pode estar comprometida são outros problemas).

Todo esse processo levou os filósofos e historiadores a *forjarem* o conceito de História universal. A visão segundo a qual a infinidade dos acontecimentos singulares sofre alguma forma de encadeamento lógico e, mais do que isso, necessário é uma visão que só pôde se concretizar como filosofia a partir do momento em que todos os povos entraram em contato, tornaram-se dependentes uns dos outros. Foi só então que se tornou possível a criação de uma História universal. E sua formulação deu-se, obviamente, na perspectiva do dominador.

Comentando a idéia hegeliana de "história universal", Adorno observa que o próprio Hegel concebera a História universal como unitária mas só em virtude de suas contradições. Na perspectiva materialista posterior, avultaram as contradições. A História é universal mas descontínua em decorrência da contestação da unidade de Espírito e Conceito. Segundo Adorno, descontinuidade e História universal devem

ser pensadas conjuntamente. Por um lado, eliminando-se a História universal, teremos apenas fatos díspares a serem conhecidos. A História universal tem que ser construída e negada. Não em termos de um bem maior que subsumiria todos os fatos díspares. Ela é a unidade que solda os fatores descontínuos e caóticos, assim como as fases da história. A quintessência da descontinuidade seria, segundo Adorno, a ameaça da catástrofe nuclear. A história é a unidade da descontinuidade e da continuidade. A sociedade conserva-se graças ao antagonismo.¹⁰

A História universal é retrospectiva. Não que seja falsa, mas porque se tornou verdadeira a partir da aproximação (sempre violenta) dos diversos povos. E por falar em antagonismos, a história dos vencedores não é a mesma história dos vencidos. A literatura é uma reescrita da história, estabelece um antagonismo frente à história dominante. A literatura pode ser feita na perspectiva dos vencedores, mas dificilmente poderá evitar a presença dos antagonismos quer no conteúdo, quer na forma. É esta a visão de literatura desenvolvida por Bakhtin, a literatura como espaço da polifonia, da manifestação da alteridade.

Como se sabe, Bakhtin formulou a idéia de que o romance como gênero, inicialmente considerado gênero menor e marginal à literatura institucional, impôs-se, num processo longo e demorado, como gênero predominante. O romance é polifônico porque permite que ouçamos as diversas vozes que, nele, mas também fora dele, se contradizem e às vezes se antagonizam. Esta é a dimensão da alteridade da literatura, não apenas nos países ex-colônias, mas também na Europa.

A questão se reveste de grande interesse para nós, europeizados. Mas se a cultura européia-norte-americana tornou-se central, na Idade Média a Europa ainda disputava com o mundo árabe e turco a condição de centro de mundo. Ora, só existe centro se há periferia para esse centro, todo centro precisa, para firmar-se como tal, criar a sua periferia. A Europa constitui-se em centro a partir dos descobrimentos. Na verdade, fomos nós, os colonizados, que demos à Europa a condição de centro.¹¹

¹⁰ - ADORNO, T. W. *Dialéctica negativa*. Madrid, Taurus, 1975, pp. 317-8.

¹¹ - Cf. DUSSEL, Enrique. 1942. *O encobrimento do outro. (A origem do mito da modernidade)*. Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

A nossa participação na história da europeização não é portanto passiva mas determinante. Fomos nós, povos colonizados, que demos legitimidade ao centro. Assim, não há como ver os elementos da cultura européia, entre eles a literatura, como coisas que não nos dizem respeito, ou simplesmente como coisas a nós impostas.

Para finalizar, gostaria de abordar mais de perto a questão da literatura/alteridade em duas perspectivas: primeiro, a alteridade cultural, tendo em vista o enfraquecimento do conceito de nação; segundo, a relação da literatura com a cultura massiva.

A relação literatura e nação é mais do que casual. A institucionalização da literatura como discurso nobre esteve diretamente ligada ao papel que a literatura deveria desempenhar na criação e solidificação das nações, de tal maneira que, em vez de a nação brasileira ter criado a sua literatura, podemos dizer que a literatura fundou o Brasil. A literatura é, assim, fundacional. Ela está comprometida com o projeto de dominação sofrido pelas minorias étnicas que, ou sucumbiram, ou foram subjugadas pelo europeu dominante sob o disfarce de "brasileiro". O adjetivo "brasileiro" só singulariza a literatura se for tomado no sentido forte da afirmação de uma alteridade. Mas tomá-lo no sentido forte significa criticar aquilo que, nele, pode ser o encobrimento das diferenças, a afirmação da instituição. Assim como, há tempos atrás, a "cor local" foi aparentemente uma defesa da alteridade, sendo entretanto um viés de afirmação do centro contra a periferia.

A literatura brasileira demanda pois uma teoria da literatura brasileira, sendo uma das principais questões dessa teoria a nossa presença na América Latina. Questão não apenas literária, claro está, mas também e fundamentalmente política. De qualquer sorte, a defesa do nacionalismo literário pode ser confundida facilmente com um gesto político de poder.

Como discurso nobre, institucionalizado, a literatura está irreparavelmente comprometida com a dominação. Para fugir a isso, a literatura se constrói, como vimos, como autoquestionamento, porque autoquestionar-se é questionar uma instituição e, nesse caminho, questionar a sociedade da qual ela é uma pilastra de sustentação. Hoje, a poesia ou a narrativa literária brasileira é necessariamente uma crítica à idéia mesma de Brasil. Como tal, ela pode somar no sentido da defesa da

alteridade. Trata-se então de dar vazão a outras subjetividades. E com isso entramos na problemática da pós-modernidade.

Como argumenta George Yudice, não há um único pós-modernismo: é preferível teorizar a pós-modernidade como uma série de condições variavelmente presentes em diferentes formações sociais despertando diversas respostas/proposições às múltiplas formas em que nelas se deu o processo de modernização.¹²

Tal idéia de pós-modernismo fundamenta-se numa concepção de multiculturalismo. Mais do que pós-modernista, esta perspectiva é pós-colonialista. E nessa perspectiva o estatuto do literário sofre irremediavelmente modificações muito significativas. Ela nos leva a, outra vez, literalizar práticas discursivas com as quais poderíamos nos unir em favor da luta pela alteridade. Estão nesse campo a cultura popular, o folclore, a cultura massiva. Dessa maneira, combate-se a nobreza da literatura, afirmando-se o seu compromisso com a vida cotidiana, com as "dores do mundo".

Peter Bürger, em ensaio sobre Adorno, discute essa questão, a nosso ver de maneira bastante apropriada. E a questão ainda é a da autonomia da arte (literatura). Se a literatura se defende e se mantém como reino autônomo, e se isto for aceito como algo pacífico, isto será o fim dela porque se transformará em enclausuramento. Se, por outro lado, ela se dissolve na vida cotidiana, isto também será o fim dela porque, com isso, ela perderá o seu poder de distanciamento e de crítica.¹³ Não queremos dizer que a literatura não pode também ser motivada pelos interesses da indústria cultural. Pode e é.

Só na aporia encontramos hoje, paradoxalmente, a nossa saída. Não há como defender a literatura como reino autônomo, mas dissolvê-la no mundo cotidiano resulta em tirar-lhe o poder de crítica e de combate.

A prática da arte como pensamento implica hoje o equacionamento da questão da indústria cultural. A distinção entre alta cultura e cultura massiva, definidora do modernismo, está sendo hoje redimensionada na

¹² Cf. Post-modernity and transnational capitalism in Latin America", *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Niterói, Associação Brasileira de Literatura Comparada, nº 1, março/91, 87:109.

¹³ - BÜRGER, Peter. "O declínio da era moderna", *Novos estudos Cebrap*, nº 20, março/88.

prática literária. Ao contrário do escritor modernista, o escritor pós-colonialista apropria-se de materiais da indústria cultural e, através de processos críticos de remontagem, analisa-os, reestrutura-os. Não se trata portanto de apagar a distinção, ou desfazer a tensão existente entre alta cultura e cultura massiva, porque isto seria deixar-se subjugar por ela.

Ainda que a distinção entre literatura e cultura massiva tenha perdido a nitidez como resultado de um processo de dessacralização do literário, ela contudo permanece. A nitidez é, no caso, impossível, e é um sintoma de que estamos perante um problema que não se resolve apenas como questão discursiva ou em nível de "fenômenos culturais". A não-nitidez ou a aporia é a nossa única saída.

Estas questões são um sinal do desfalecimento da universalidade e afirmação do valor de discursos heterôgeneos não subsumíveis no conceito único de literatura? Adorno também nos ensina a trabalhar com o conceito mas contra o conceito, contra a unicidade que subjuga a diversidade do real. É de se perguntar: para que precisamos ainda de literatura? Ou, em outros termos, a literatura mais uma vez permanece?

Que a literatura permanece, dão-nos prova disto os esforços no sentido de expandir o cânone literário de forma a incluir produtos culturais até então considerados pouco nobres e, portanto, indignos. Mas esta é uma forma também de reafirmar os valores da sacralização. Que a literatura precisa permanecer, dá-nos provas a necessidade que continuamos a ter de literatura crítica.

A dificuldade de comunicação, que foi o ideal da estética modernista, entretanto permanece hoje. Não mais como um ideal de incomunicabilidade, mas como uma forma de evitar a morte pelo consumo.

Resistindo às "semelhanças de família", a literatura se quer ser como diferença. A sua diferença com relação a outras formas de comunicação está nas técnicas de produção. Isto quer dizer que não está nos materiais a serem trabalhados. Todos os materiais são nobres, ou nenhum. E esta igualdade é sinal da perda da aura.

Mas se não há materiais diferenciados (e estão todos no "mundo da vida" cotidiano), a elaboração diferencia a literatura. Escrever é procurar produzir (e não encontrar a forma perfeita que já estava dada

nele) o estranhamento do mundo. O trabalho (insisto: não a lapidação) produzirá significados não previstos.

A literatura permanece mas sempre na iminência de se diluir. Esta negatividade é a única forma de sua lucidez, sempre agônica. Ela pode se diluir, ou na indústria cultural, ou na literatura institucionalizada. Permanece enquanto se encaminhar na direção do auto-extermínio.